



BNDES em xeque

Françoise Iatski de Lima (*)

A nova política do governo, definida por medida provisória, atinge diretamente o BNDES e prevê a implantação da Taxa de Longo Prazo (TLP) que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir de janeiro de 2018

Serão mantidos apenas os contratos que estão em vigor. A nova taxa será corrigida de acordo com os juros das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), atualmente um dos títulos mais populares do Tesouro Direto. Esse título reflete o custo de captação de recursos pelo Tesouro Nacional (TN) junto ao mercado. Acompanha os ciclos econômicos e a taxa básica de juros. E, com isso, o custo das operações de crédito do BNDES deixa de ser uma decisão de governo e passa a acompanhar as taxas de juros de mercado.

A taxa atual, TJLP, tem seus juros decididos trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Sua base de cálculo é a meta de inflação e o risco país. A taxa de juros NTN-B (de cinco anos) será corrigida mensalmente pelo Banco Central com base na variação do IPCA mais rendimento real da NTN-B. Nos últimos dez anos, essa taxa foi mais alta que a TJLP e sofreu pressão de alta por parte dos rentistas. É uma taxa definida em leilões sob a tensão da demanda e da oferta e, portanto, será definida a TLP.

Observando dados passados do BC e do TN, ressalta-se o ano de 2002, quando a taxa de juros da NTN-B alcançou 37,8% ao ano. No período nevrálgico da crise de 2009, saltou de 7,5% para em torno 11% ao ano. Por conseguinte,

esses seriam os valores da TLP se estivesse em vigência no lugar da TJLP. Será que isso viria a anular o potencial das políticas anticíclicas do BNDES em momentos de dificuldades econômicas?

Cabe observar que essas políticas, por definição, não podem ser definidas pela economia de mercado. Este, geralmente, é pró-cíclico. Desta forma, a TLP não será uma taxa anticíclica, sendo definida sob a pressão do mercado financeiro em leilões de títulos NTN-B. Em sentido contrário, políticas anticíclicas são resultantes de movimentos autônomos.

Os impactos dessa medida podem ser negativos para a economia brasileira. Pode ocorrer redução dos financiamentos do BNDES devido à taxa de juros (TLP) mais elevada em relação a anterior (TJLP). Por outro lado, o banco terá folga de recursos, o que proporcionará condições para a instituição acelerar seus pagamentos ao TN. Em outras palavras, o BNDES paga a conta e fica descapitalizado, sem recursos e podendo até mesmo quebrar.

Para a economia nacional, existem riscos nessa operação. Há a possibilidade de ficar sem seu principal aparelho de financiamento do investimento da indústria e infraestrutura, além do estímulo a empresários a assumir empréstimos no exterior, em moeda estrangeira. Com receitas em reais e despesas acordadas em dólares, empresários estarão expostos a crises cambiais. História já conhecida pela economia brasileira.

Para alguns especialistas mais pessimistas, esse seria um adeus ao BNDES, criado em julho de 1952 e principal fomentador da economia brasileira.

(*) - É mestre em Desenvolvimento Econômico e professora da Universidade Positivo (UP).

Deputados comentam liberação de recursos para emendas parlamentares

Deputados comentaram a notícia publicada pelo jornal O Globo de que custou R\$ 15,3 bilhões a vitória do governo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que adotou posicionamento contrário à continuidade da investigação da denúncia por crime de corrupção passiva contra o presidente da República, Michel Temer

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), vice-líder do governo, disse que deputados da oposição também tiveram recursos de emendas parlamentares liberados pelo governo Temer, com valores muitas vezes superiores aos governistas. “Não apenas os deputados da base tiveram seus recursos de emendas empenhados como também os deputados da oposição, que fazem oposição sanguinolenta na comissão da denúncia vazia”, apontou. “E nomes expressivos estão aqui”, completou.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS), vice-líder da Minoria, observou que o paga-



Fontana reiterou que o volume de recursos para a base do governo foi muito superior ao de outros parlamentares.

mento das emendas individuais é impositivo, mas reiterou que o volume de recursos para a base do governo foi muito superior ao de outros parlamentares.

“O volume mostra o privilégio enorme de deputados da base do governo, mais especialmente de deputados que foram fundamentais ali na CCJ para apoiar o arquivamento da denúncia contra Temer”, ressaltou.

Fontana disse ainda que há privilégio na liberação de recursos para obras e ações de prefeituras ligadas a deputados da base do governo. Ele acredita que Temer adotou “vale-tudo” para se manter no poder (Ag.Câmara).

Temer autoriza envio de 800 policiais para reforçar segurança no Rio

O presidente Michel Temer autorizou ontem (20) o envio de 800 policiais para reforçar a segurança no Rio de Janeiro. Até o fim de julho, chegarão no estado 380 homens da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para ampliar a fiscalização nas rodovias de acesso ao Rio e mais 420 militares da Força Nacional de Segurança.

Onovo contingente se juntará a outros 200 agentes da Força Nacional que já estão no estado, o que totalizará mil homens. Os militares trabalharão no estado durante 18 meses em operações conjuntas com as forças locais de segurança.

Em reunião com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e ministros da área de segurança do governo, entre eles, Raul Jungmann, da Defesa, Temer determinou que todas as esferas da União, inclusive a área de inteligência, devem cooperar para o cumprimento do Plano Nacional de Segurança (ABR).

“Pagar bem os médicos para cobrar a presença nos postos”

Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, ontem (20), em que anunciou R\$ 345 milhões para ampliar o atendimento odontológico nos postos de saúde, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, reforçou que é um avanço o governo federal reconhecer os baixos salários oferecidos aos médicos. Disse também que é preciso enfrentar o problema da falta de profissionais nas Unidades Básicas de Saúde, que são, exatamente, os serviços mais próximos do cidadão.

Também destacou que os desafios só serão enfrentados com a cooperação de todos: “dentistas, médicos, profissionais de saúde e os 4 milhões de colaboradores no SUS. Todos unidos vamos fazer uma saúde cada vez melhor”.

“Fiz referência, exclusivamente, aos médicos da Atenção Básica. Os secretários municipais de saúde bem sabem que temos um problema de remuneração que precisa ser ajustado para que possamos exigir o cumprimento da carga horária contratada. O prefeito não cobrava a presença, porque sabia que o salário não era ade-



Ministro da Saúde, Ricardo Barros, na cerimônia de anúncio de medidas para o fortalecimento da odontologia no SUS.

quado. Eisonos vamos resolver”. A declaração do ministro foi em referência a frase, dita na semana passada, que repercutiu de forma distorcida: “vamos parar de fingir que pagamos o médico e o médico fingir que trabalha”. “Um ministro reconhecer que não está pagando adequadamente os médicos, eu considero um grande avanço. É assim que deve ser visto, como também o fato de termos recebido do Conselho um pedido para melhorar a infraestrutura de trabalho para esses profissio-

nais. Eu acho que a polêmica atende a vários interesses, menos o da saúde”, concluiu.

Reforçou ainda que o seu discurso se dirigiu, exclusivamente, aos médicos da Atenção Básica, cuja realidade de baixos salários e falta de cumprimento da carga horária já é reconhecida pelas prefeituras e população. “A todos os médicos do Brasil, que não estavam incluídos, não se sintam ofendidos porque não foi a eles que foi dirigida a nossa palavra”, afirmou (Ag.Saúde).

Deputado preso quer frequentar a Câmara no recesso

Lucio Bernardo Jr/Ag.Câmara



Deputado Celso Jacob (PMDB-RJ).

A defesa do deputado federal Celso Jacob (PMDB-RJ), preso por determinação do STF, pediu à Justiça de Brasília para continuar frequentando a Câmara mesmo durante o período de recesso, que termina no dia 1º de agosto. O caso será analisado pela Vara de Execuções de Penais do DF.

No mês passado, o deputado foi autorizado a exercer o mandato na Câmara durante o dia e retornar ao presídio no período noturno para cumprir, em regime semiaberto, pena definitiva de sete anos e dois meses pelos crimes de falsificação de documento público e dispensa de licitação. A defesa alegou no pedido que o parlamentar foi o designado por seu partido para representar a legenda durante o recesso. Conforme decisão que autorizou o trabalho externo ao deputado, ele deve permanecer no presídio nos fins de semana, feriados e durante o recesso parlamentar.

Em maio, por unanimidade, a Segunda Turma do STF negou o último recurso apresentado pela defesa do parlamentar, decretou o fim do processo e, consequentemente, a execução da pena. Em junho do ano passado, Jacob foi condenado pelo Supremo por crimes cometidos quando ele era prefeito de Três Rios (RJ). De acordo com a denúncia, Jacob favoreceu uma construtora ao decretar estado de emergência no município.

Após o julgamento, Celso Jacob informou que não houve dano ao erário. O deputado disse que foi orientado erroneamente por um setor da prefeitura, que não informou que a empresa chamada para concluir uma creche não estava habilitada para tocar a obra em função de documentação vencida. A empresa que venceu a licitação abandonou a obra. Os fatos ocorreram em 2003 (ABR).

Comissão aprova regulamentação da profissão de pedagogo

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara aprovou o projeto do deputado Goulart (PSD-SP), que regulamenta a profissão de pedagogo. Pelo texto, a profissão será privativa de portadores de diploma de curso de graduação em Pedagogia, para exercerem a docência, bem como atividades nas quais sejam exigidos conhecimentos pedagógicos.

De acordo com a proposta, são atribuições do pedagogo:

- planejar, implementar e avaliar programas e projetos educativos em diferentes espaços organizacionais;
- gerir o trabalho pedagógico e a prática educativa em espaços escolares e não escolares;
- avaliar e implementar nas instituições de ensino as políticas públicas criadas pelo Poder Executivo;
- elaborar, planejar, administrar, coordenar, acompanhar, inspecionar, supervisionar e orientar os processos educacionais;
- ministrar as disciplinas pedagógicas e afins nos cursos de formação de professores;
- realizar o recrutamento e a seleção nos programas de treinamento em instituições de natureza educacional e não educacional;
- desenvolver tecnologias educacionais nas diversas áreas



Flávia Morais: o pedagogo tem como principal função melhorar a qualidade da educação.

do conhecimento.

O parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), foi favorável à proposta. “Diferentemente de outros projetos de regulamentação profissional, esta proposta não visa a criar uma reserva de mercado para os profissionais”, disse. “O objetivo da proposição é estabelecer critérios para o âmbito de atuação desses profissionais relativamente à sua formação e às suas atribuições”, completou.

Para a parlamentar, justificou-se a regulamentação “porque a atividade exige conhecimentos teóricos e técnicos, é exercida

por profissionais de curso reconhecido pelo Ministério da Educação e o mau exercício da profissão pode trazer riscos de dano social no tocante à educação”.

O projeto determina que o Poder Executivo deverá criar o Conselho Federal de Pedagogia para fiscalizar a profissão. Esse órgão, bem como os conselhos regionais, será responsável por regular sobre jornada, piso salarial, atribuições, direitos e deveres dos profissionais. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Sérgio Sá Leitão será o novo ministro da Cultura

O atual diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Sérgio Sá Leitão, é o novo ministro da Cultura. O convite para que ele ocupe o cargo foi feito ontem (20) pelo presidente Michel Temer, de acordo com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Além da passagem pela direção da Ancine, para onde teve a indicação aprovada em abril pelo Senado, Leitão ocupou a chefia de gabinete do Ministério da Cultura durante a gestão do ex-ministro Gilberto Gil e foi secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Em nota, a Presidência informa que Leitão tem reconhecida experiência na área cultural.

Sérgio Sá Leitão assume o comando da Cultura no lugar do ministro interino João Batista de Andrade. Então secretário executivo da Cultura, Andrade assumiu interinamente o cargo de ministro em maio, após o deputado Roberto Freire (PPS-PE) anunciar a saída do cargo. Em junho, João Batista de Andrade enviou uma carta enviada ao presidente Michel Temer afirmando não ter interesse em ser efetivado no comando da pasta (ABR).

